案件編號：第 644/2025 號（刑事上訴案）

日期：2026 年 10 月 8 日

重要法律問題：

- 「勒索罪」與「脅迫罪」
- 犯罪中止與未遂
- 在審查證據方面明顯有錯誤

摘 要

1.「脅迫罪」與「勒索罪」雖然在犯罪手段上均表現為使用“暴力”或“以重大惡害相威脅”，但「勒索罪」侵害的法益主要是財產利益，須具有“不正當得利”的故意，行為結果是迫使被害人在違背自身意願的情況下作出財產處分行為；而「脅迫罪」侵害的法益主要是人身自由（行動自由），主觀上並不以財產利益為限，行為結果是迫使被害人作出非財產性質的行為、不作為或忍受某種侵害。

2.根據《刑法典》第 23 條（犯罪中止）和第 21 條（犯罪未遂）的規定，犯罪中止與犯罪未遂之間存在明顯不同，尤其體現在行為人的“意志原因”：

犯罪中止的決定因素在於行為人自身的意願，在能夠繼續完成犯罪的條件下，自願放棄繼續犯罪或防止犯罪既遂、又或雖犯罪既遂但防止不屬該罪狀的結果發生；

犯罪未遂則源於行為人意志以外的原因（非自願），行為人想繼續完成犯罪，但因其意志之外的客觀障礙而被迫停止，導致犯罪未能達至既遂。

3.根據案件的獲證事實，直至被害人報警求助，上訴人始終未停止、放棄勒索行為，最終其未獲被害人支付所索取的款項，原因在於其意志以外的因素，並非源於其自身的自願。因此，上訴人的行為屬實犯罪未遂。

裁判書製作人

_____

周艷平

澳門特別行政區中級法院
合議庭裁判書

編號：第 644/2025 號（刑事上訴案）

上訴人/嫌犯：A

日期：2026 年 10 月 8 日

一、 案情敘述

在初級法院刑事法庭第 CR4-24-0150-PCC 號合議庭普通刑事案中，合議庭於 2025 年 5 月 30 日作出判決，裁定：

嫌犯 A 以直接正犯及未遂方式觸犯：

- 一項澳門《刑法典》第 215 條第 1 款、第 21 條及第 22 條規定及第 67 條處罰的「勒索罪」，罪名成立，判處五個月徒刑；
- 上述刑罰准以罰金替代，日罰額定為 300 澳門元，合共罰金肆萬伍仟澳門元（MOP45,000），如不繳付，需服被判處的刑罰。

*

嫌犯 A 不服，向本院提起上訴，其上訴理由闡述載於卷宗第 401 頁至第 463 頁，並於該上訴理由闡述之結論部分簡述了上訴請求之理

由[1]。

---

[1] Em conclusão, quanto ao Direito:

a) Vem o presente recurso interposto do acórdão supra referido que, julgando procedente a acusação que lhe havia sido movida pelo MP., condenou o arguido, ora recorrente, A, como autor do "crime de extorsão", p. e p. no art. ° 215°, n° 1 do Cód, Penal, na forma tentada -art.os 21°, 22° e 67° do Cód. Penal - na pena de 5 (cinco) meses de prisão; a qual foi substituída por multa, fixada em MOP$300.00/dia; perfazendo o total de MOP$45,000.00.

b) Dá-se aqui por reproduzida a matéria de facto assente em audiência de julgamento, que corresponde integralmente àquela da acusação.

c) Face a esta matéria de facto, fundamentou o Tribunal "a quo" a decisão condenatória supra referida, tendo concluído nos seguintes termos:

"(…)

Em conclusão, o Tribunal Colectivo entende que há provas suficientemente sólidas para formar a convicção de que o arguido, consciente da ilicitude da sua conduta, deliberadamente trancou o motociclo do ofendido.

Com essa conduta, privou o ofendido de dispôr de um bem de que é proprietário, constrangendo-o a efectuar um pagamento pecuniário e intimidando-o a que, no futuro, deixasse de utilizar aquele lugar de estacionamento para motociclos.

O objectivo era obter um benefício indevido e garantir a continuidade do rendimento proveniente do arrendamento do local.

E, mais à frente,

(. . .)

O arguido praticou, assim, os factos que lhe haviam sido imputados." (tradução nossa).

d) O arguido, com o devido respeito, não se conforma com a supra referida condenação, porquanto os factos assentes não tipificam o "crime de extorsão"; eventualmente, o "crime de coacção" - mas não foi este o crime por que o arguido foi acusado e, como tal, não foi este o crime de que se defendeu em audiência - o que contudo não é punível porque o arguido desistiu de o praticar.

Vejamos, então,

e) O "crime de extorsão" é um crime de dano e de resultado: dano no património do ofendido; e o resultado típico é a "disposição patrimonial" que, por sua vez, corresponde a um "enriquecimento ilegítimo" do agente do crime.

Por outro lado, a "acção de constrangimento" - "por meio de violência ou ameaça" - tem de ser adequada à prática do acto de disposição patrimonial.

Daí a expressão "mal importante" com referência à "ameaça" (a violência não carece de caracterização, já que só age com violência quem age à força ...).

f) Há uma manifesta afinidade entre o "crime de coacção" e o "crime de extorsão", pois que todos os elementos constantes da acção típica do agente encontram-se em ambos os crimes; mas aquele constitui um crime contra a liberdade de decisão e de acção, enquanto este é um crime de dano no património do ofendido.

A única diferença entre os crimes de "coacção" e "extorsão" é, assim, o "constrangimento" (sobre o sujeito passivo) que, no primeiro, é dirigido a uma acção ou omissão; e no segundo, está directamente dirigida a uma disposição patrimonial.

g) Por outro lado, a "violência ou ameaça com mal importante" pode ser física ou psíquica mas só pode ser exercida contra pessoas.

Daí a expressão constante da norma, "outra pessoa".

Mas também, esta violência ou ameaça (com mal importante), na "extorsão", tem de ter como correspondência um constrangimento da vítima à disposição patrimonial.

h) Afigura-se-nos, por isso, que essa violência (só age com violência quem age com muita força, intensidade, impetuosidade ...) ou ameaça com mal importante nunca poderá ser exercida sobre coisas - como é o caso, nos presentes autos - porque aquela acção tem de ser "adequada" à disposição patrimonial.

i) Muito menos, convenhamos, se poderá considerar que a acção que constitui a conduta do arguido nos factos constantes da acusação nos presentes autos - "trancar a roda de um motociclo" (para que este não possa circular) - possa constituir o acto violento da acção típica do "crime de extorsão".

Por outras palavras, no "crime de extorsão" a vítima só é constrangida àquela disposição porque a violência ou a ameaça são adequadas ao facto.

j) E esta adequação é o meio próprio, motivador da vítima a uma disposição patrimonial, numa consideração objectivo individual que faz de tal violência ou ameaça.

k) A actuação da vítima é, pois, o constrangimento que decorre de uma violência exercida contra si (ou contra alguém na sua esfera de domínio).

I) Entende, por isso, o arguido recorrente que a sua conduta não tipifica o "crime de extorsão"; outrossim e eventualmente, o "crime de coacção", já que, com a alegada conduta do arguido - que, como já se disse, não foi (nem nunca seria)--"-adequada" a uma disposição patrimonial - o ofendido nos presentes autos foi meramente coagido (obrigado) a não usar o seu motociclo. Ele, o ofendido, queria

usar o motociclo; mas a conduta do arguido - que nunca se poderia considerar como "adequada" a uma disposição patrimonial (tanto assim foi que não o foi ...) - impediu (coagiu) o ofendido de agir como queria.

m) Repare-se que na tipificação do "crime de coacção", a expressão "acção ou omissão" é mais abrangente do que a "disposição patrimonial" do "crime de extorsão", naquela se englobando tudo aquilo que o sujeito passivo do crime (o ofendido, a vítima) não queria fazer e fez ou não fez e queria fazer.

n) Sem nos alongarmos mais na análise deste último crime, dir-se-ia que toda a "extorsão" é uma "coacção"; divergindo aquela desta, como se disse, no facto da "violência ou ameaça" ter de ser exercida em pessoas e adequada à disposição patrimonial, enquanto nesta poderá ser exercida também sobre coisas (como é o caso ...).

o) Só que, como resulta do disposto na acusação, a actuação do arguido ter-se-à quedado pelo "crime de coacção" e terá sido consumado - quando o ofendido quis usar o motociclo e não conseguiu - sucedendo, no entanto, que o arguido desistiu quando voluntariamente abriu o cadeado que bloqueava a roda do motociclo.

p) Não restam dúvidas - independentemente da afirmação constante da acusação (que o acórdão recorrido deu como provada) de que o arguido "não conseguiu obter o dinheiro (do ofendido) por razões alheias à sua vontade .. :" - de que o motociclo foi deliberadamente desbloqueado, em virtude de uma actuação (decisão) do arguido, já que era ele quem dispunha dos meios para o efeito.

q) Convenhamos que o bloqueio ou desbloqueio de um cadeado são acções de quem detém a chave do mesmo, isto é, os meios exclusivamente para o efeito. No caso, a chave estava na posse do arguido (ou de quem dependia da decisão deste) e a decisão de abrir o cadeado foi dele.

Independentemente do que o motivou.

r) Voltando assim ao "crime de coacção" (reitera-se, não foi deste crime que o arguido se defendeu em audiência), a desistência em relação a este crime consumou-se quando o arguido abriu o cadeado que bloqueava a roda do motociclo.

A conduta do arguido constitui, pois, desistência da execução do "crime de coacção" , deixando por isso de ser punível, nos termos do art° 23° do Cód. Penal, o que para todos os efeitos se alega, não obstante não ter sido esse o crime por que o arguido vinha acusado.

s) Finalmente, voltando agora ao crime da acusação ("extorsão"), quando se entenda - o que se admite sem conceder - que os factos imputados ao arguido tipificam aquele crime na forma tentada, então, como supra se referiu, o arguido desistiu do mesmo, porquanto "impediu a sua consumação", quando abriu o cadeado que bloqueava a roda do motociclo.

t) Na verdade, para a acusação e para o acórdão recorrido - que como supra referido, o arguido expressamente impugnou - mostram-se preenchidos os requisitos do "crime de extorsão", já que numa, salvo o devido respeito, óptica simplista do crime, o arguido bloqueou a roda do motociclo do ofendido; e exigiu-lhe 300 patacas para a desbloquear,

u) Só que, como se disse, independentemente da motivação do arguido, a roda foi desbloqueada, antes do ofendido ter pago aquela quantia. Isto é, antes daquele pagamento (daí o crime sob a forma tentada), o arguido, posteriormente à alegada prática do último acto de execução desse crime, desistiu da respectiva execução, abrindo o cadeado que bloqueava a roda do motociclo.

v) Não interessa, com o devido respeito, porque motivo o arguido não conseguiu obter o dinheiro que alegadamente reclamava. O que interessa, isso sim, é que, quando desbloqueou a roda do motociclo,

o arguido evitou a consumação do alegado crime. Ao desbloquear a roda do motociclo - não restam dúvidas, como se disse, que foi uma actuação do arguido - este impediu de forma relevante a consumação do crime.

w) Uma desistência é voluntária quando não é determinada por factores externos. Mas na ausência de factos (no acórdão) que comprovem aquele comportamento voluntário do arguido, então, aquela sua conduta terá de o beneficiar.

Por outras palavras, se do acórdão recorrido não consta qual a motivação daquela acção de desbloqueamento, então, com o devido respeito, tal desbloqueamento terá de configurar uma desistência do arguido por decisão sua.

x) A ausência de factos que qualifiquem tal actuação do arguido não pode prejudicar a sua acção, alegadamente criminosa. Pelo contrário, beneficia-o.

y) Assim sendo, esta sua conduta tipifica uma desistência da alegada prática do crime por que vinha acusado. Não interessa se o arguido desistiu do mesmo por receio das consequências; remorsos ou arrependimento - até porque nada disso se provou em audiência - outrossim é manifestamente relevante que o arguido, quando abriu o cadeado, assumiu livremente abandonar a sua acção. Tal conduta, nos termos do art. °23° n°1 do Cód. Penal, constitui desistência do alegado crime, que por esse motivo "deixa de ser punível".

Quanto aos factos assentes,

z) Quando se entenda, o que se admite sem conceder, que as supra elencadas questões de direito não merecem a procedência do recurso, então, com o douto suprimento de V. Exas., afigura-se ao arguido recorrente que, face à prova produzida em audiência (da qual, parte relevante, se transcreve), com o

*

駐初級法院刑事法庭的檢察院代表作出答覆，認為上訴人提出的上訴理由並不成立（詳見卷宗第 466 頁至第 471 頁）。

檢察院在答覆狀中提出下列理據（結論部分）：

1. 被上訴的裁判判處嫌犯 **A** 以直接正犯及未遂方式觸犯：一項澳門《刑法典》第 215 條第 1 款、第 21 條及第 22 條規定及第 67 條處罰的「勒索罪」，罪名成立，判處五個月徒刑；上述刑罰准以罰金替代，日罰額定為 300 澳門元，合共罰金肆萬伍仟澳門元(MOP45,000)，如不繳付，需服被判處的刑罰。
2. 上訴人 **A** 認為不符合「勒索罪」之構成要件，一方面認為屬於「脅迫罪」，另一方面認為屬於犯罪中止。
3. 事實上，行為人通過構成脅迫罪的行為，目的是強迫被害人作出會令其受到財產損失的行為，例如交出金錢，便構成了《刑法典》第 215 條所規定的，這是一種“特別”的「脅迫罪」，立法者為「勒索罪」訂定了比「脅迫罪」較重的處罰。
4. 在本案中，經開庭審理，尤其已證實：嫌犯安排他人購買了一把電單車鎖，然後再安排他人前往上述電單車位將被害人的編號 MK-XX-XX 電單車後輪上鎖。被害人致電嫌犯問及上述鎖車的情況，

---

devido respeito, há "erro notório na apreciação da prova", o que é também fundamento de recurso, nos termos do disposto no art°400°, n°2 c) do CPP, justificando-se por isso, nos termos do art°415° do CPP que V. Exas. procedam à "renovação da-prova", o que se requer subsidiariamente.

嫌犯向被害人表示由於被害人霸佔其車位，故要求被害人向其支付叁佰澳門圓(MOP300.00)才會將被害人的電單車解鎖。2023 年 4 月 18 至 22 日，為了盡快解鎖電單車，被害人向嫌犯表示“我交 300 給你，你開收據給我”、“你幾時有時間”，“我現場比錢你”、“你現場幫我開鎖”及“你能否定一個時間出來我給錢你，你即時開鎖”，嫌犯回覆表示“mpay 後我叫人去開”。同年 4 月 24 日，由於被害人感到被勒索，於是報警求助。

5. 可見，嫌犯意圖為自己獲得不正當利益，安排他人購買電單車鎖及將被害人的電單車後輪上鎖，以拒絕解鎖被害人電單車作為威脅，目的是逼使被害人向其支付款項，以及迫使被害人日後不敢再使用該電單車位，嫌犯行為的目的並非強迫被害人作為(除卻作出使該人或別人有所損失之財產處分以外之行為)或不作為或容忍某種活動作，而是強迫被害人交出金錢。因此，嫌犯的行為已屬於《刑法典》第 215 條第 1 款規定的「勒索罪」的實行行為，而並非純粹「脅迫罪」的實行行為。

6. 本案已證事實顯示被害人感到被勒索，於是報警求助。可見，這屬於因嫌犯意志以外的原因而未能成功取得款項，嫌犯作出的勒索行為未能得逞，屬於未遂。

7. 不難發現，本案嫌犯並非屬因己意放棄繼續實行犯罪，其亦沒有因己意防止不屬該罪狀之結果發生，更不屬於曾認真作出努力防止犯罪既遂或防止結果發生。因此，上訴人的行為不符合《刑法典》第 23 條規定的犯罪中止。

8. 上訴人又認為被上訴的裁判存在澳門《刑事訴訟法典》第 400 條第二款 c)項之「審查證據方面明顯有錯誤」之瑕疵。

9. 雖然嫌犯於庭上否認勒索，其一直認為自己購買的 71 號私家車位旁邊的電單車位既然也被劃上 71 號便享有專用權，故案發前將該電單車位向私家車位的租客出租。嫌犯亦表示其曾到達管理處向管理員 **C** 了解情況及協助處理，並由此知悉管理處不會收取開鎖費或罰款。按照生活常理，嫌犯既然尋求管理處以違泊為由要求協助罰款，便顯示嫌犯知悉該電單車位不是其私有，既然管理處已明示不同意協助及罰款，嫌犯理應清楚意識到自己無正當性、或者說已不應該再繼續將他人的財產上鎖，但嫌犯仍然繼續向對方索要轉帳開鎖費 300 元，明顯不能自圓其說。

10. 嫌犯並非 71 號電單車位的業主，該電單車位是大廈管委會在大廈公共部份劃定的電單車位，以供大廈停車場業主共同使用，正如原審裁判所述，嫌犯在清楚知悉自己沒有上述電單車位的業權或專屬使用權的情況下，在未經大廈的業主會決議批准或管理機關的同意下，以使用人的名義，私下將該電單車位出租予其私家車位的租客並賺取租金 200 元，嫌犯屬於將分層建築物共有部份的特定空間佔有並謀取其私人的金錢利益，嫌犯以拒絕解鎖作威脅，逼使被害人向其支付金錢給付，當中並不存在阻卻其行為不法性及罪過之正當理由。

11. 原審法庭綜合本案所有證據進行邏輯綜合分析並加以認定，這完全符合邏輯，尤其沒有違反經驗法則，故被上訴的判決不存在澳門《刑

事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c 項規定的“審查證據方面有明顯錯誤”的瑕疵。

*

案件卷宗移送本院後，駐本審級的檢察院代表作出檢閱並提交了法律意見，認為上訴人提出的上訴理由全部不成立，應駁回上訴及維持原判（詳見卷宗第 480 頁至第 482 頁背頁）。

*

本院接受上訴人提起的上訴後，組成合議庭，對上訴進行審理，各助審法官檢閱了卷宗，並作出了評議及表決。

***

二、事實方面

原審法院經庭審後認定的事實

獲證明屬實的事實：

一、

案發時，嫌犯 A 為澳門 XX 大馬路 XX 花園 71 號汽車車位的業主，且其將該汽車車位出租予他人。

二、

2023 年 4 月 15 日，被害人 B 將其編號 MK-XX-XX 電單車停泊在上述 71 號汽車車位旁的一個電單車位。

三、

其後，嫌犯接獲租客通知上述 71 號汽車車位旁的電單車位被編號 MK-XX-XX 電單車停泊及霸佔，由於嫌犯認為該汽車車位旁的電單車位

應由其專屬使用，故嫌犯便安排他人購買了一把電單車鎖，然後再安排他人前往上述電單車位將被害人的編號 MK-XX-XX 電單車後輪上鎖（見卷宗第 15 頁圖片）。

四、

事實上，嫌犯並非上述電單車位的業主，該電單車位是上述大廈管委會在大廈公共部分劃定的電單車位，以供該大廈停車場業主共同使用。

五、

同日下午約 6 時，被害人前往停車場欲取回電單車時，發現其電單車後輪被鎖上，其隨即致電管理處了解，經向管理處了解後，被害人獲悉該鎖並非管理處人員鎖上，其懷疑有關行為由上述電單車位旁邊的 71 號汽車車位業主作出，於是向管理處人員要求取得該車位業主的聯絡方式。

六、

當晚，被害人致電嫌犯問及上述鎖車的情況，嫌犯向被害人表示由於被害人霸佔其車位，故要求被害人向其支付叁佰澳門圓(MOP300.00)才會將被害人的電單車解鎖。

七、

2023 年 4 月 18 至 22 日，為了盡快解鎖電單車，被害人向嫌犯表示“我交 300 給你，你開收據給我”、“你幾時有時間”，“我現場比錢你”、“你現場幫我開鎖”及“你能否定一個時間出來我給錢你，你即時開鎖”，嫌犯回覆表示“mpay 後我叫人去開”（見卷宗第 30 頁

圖片）。

八、

同年 4 月 24 日，由於被害人感到被勒索，於是報警求助。

九、

嫌犯意圖為自己獲得不正當利益，安排他人購買電單車鎖及將被害人的電單車後輪上鎖，以拒絕解鎖被害人電單車作為威脅，目的是逼使被害人向其支付款項，以及迫使被害人日後不敢再使用該電單車位，但因嫌犯意志以外的原因而未能成功取得款項。

十、

嫌犯在自由、自願及有意識的情況下作出上述行為，且清楚知道其行為是法律所不容，會受法律制裁。

*

另外證明以下事實：

被害人 B 要求因其電單車被鎖上而無法進行外送兼職導致損失薪金 8,400 澳門元的賠償。

根據刑事紀錄證明，嫌犯為初犯。

嫌犯的個人及家庭經濟狀況如下：

— 高級技術員，月入約 65,000 澳門元。

— 須供養母親及兩名子女。

— 學歷為大學畢業。

*

未獲證明的事實：

沒有。

***

三、法律方面

上訴法院只解決上訴人具體提出且在其上訴理由闡述的結論中所界定的問題，而毋須分析上訴人在提出這些問題時所主張的每項理由，結論中未包含的問題已轉為確定。[2]

*

本上訴涉及的問題為：

- 理解法律錯誤：「勒索罪」與「脅迫罪」、犯罪中止與未遂
- 在審查證據方面明顯有錯誤

*

（一）關於理解法律錯誤

1.1. 上訴人認為，其行為不符合「勒索罪」的犯罪構成要件，而可能構成「脅迫罪」。

*

根據《刑法典》第 215 條第 1 款的規定，意圖為自己或第三人不正當得利，而以暴力、或以重大惡害相威脅等手段，強迫他人作出使該人或別人有所損失之財產處分者，構成「勒索罪」。

「勒索罪」的構成要件為：意圖為自己或第三人不正當得利；以暴力、或以重大惡害相威脅等手段；強迫他人作出使該人或別人有所

[2] 參見中級法院第 18/2001 號上訴案 2001 年 5 月 3 日合議庭裁判、中級法院第 103/2003 號上訴案 2003 年 6 月 5 日合議庭裁判。

損失之財產處分。

不正當得利，是指沒有法律依據，使他人受到損失而自己獲得利益。不當得利並非是看行為人取得了什麼，而是看其取得有無法律依據以及有否建基於他人不應遭受的損失。[3]

「脅迫罪」與「勒索罪」雖然在犯罪手段上均表現為使用“暴力”或“以重大惡害相威脅”，但「勒索罪」侵害的法益主要是財產利益，須具有“不正當得利”的故意，行為結果是迫使被害人在違背自身意願的情況下作出財產處分行為；而「脅迫罪」侵害的法益主要是人身自由（行動自由），主觀上並不以財產利益為限，行為結果是迫使被害人作出非財產性質的行為、不作為或忍受某種侵害。

*

根據卷宗資料，涉案的電單車車位並非上訴人所有，而是 XX 花園管委會在大廈公共部分劃定的、以供業主共同使用的車位；上訴人常年居住於澳門，自置 XX 花園單位及私家車位已有二十餘年，僅為第 71 號汽車車位的業主，但將涉案的電單車車位租予他人；被害人及相關證人於庭審時均表示，大廈管理機關曾發通知，在停車場內規劃的所有電單車位，所有已登記的小業主可以共同使用，沒有所謂專用的電單車車位；於 2023 年 4 月 15 日，被害人將其電單車停泊在上訴人之第 71 號汽車車位旁的一個電單車位，上訴人接獲電單車車位租客的通知後，安排他人購買了一把電單車鎖並將被害人的電單車後輪上鎖；當日，被害人經與管理處了解後，致電上訴人問及鎖車的情況，上訴

[3] 參見中級法院 2022 年 6 月 16 日第 206/2022 號合議庭裁判。

人向被害人表示由於被害人霸佔其車位，故要求被害人向其支付澳門幣 300.00 元才會將被害人的電單車解鎖；於 4 月 18 至 22 日期間，被害人多次與上訴人溝通，要求現場給錢及即時開鎖，上訴人表示“mpay 後我叫人去開”；於 4 月 24 日，被害人報警求助。

綜合分析卷宗資料，本院認為，被害人將電單車停泊於可供所有業主使用的公共車位，被上訴人將後輪上鎖而無法使用。上訴人並非涉案電單車車位的所有人，卻要求被害人支付澳門幣 300.00 元，顯然沒有任何法律依據、且必定會使被害人遭受不應有的財產損失，上訴人具有使自己不正當得利之意圖。

進而，在被害人要求開鎖後，上訴人回覆稱讓被害人 MPAY 付款後其才叫人去開鎖。上訴人以拒絕開鎖、使被害人無法正常使用電單車為威脅，意圖迫使被害人向其支付款項、作出使被害人有所損失的財產處分行為。普通市民都明白，涉案的普通實用型的電單車對其使用者的生活、工作具相當的重要性，且具體到本案情況，被害人從事兼職外賣工作，電單車屬其工作之必要工具，無法正常使用電單車將直接影響其工作機會、收入乃至生計，對被害人而言，無疑構成重大惡害。

故此，本院認為，上訴人的行為並未侵犯被害人的人身自由，不符合「脅迫罪」的犯罪構成要件，但符合「勒索罪」的犯罪構成要件，原審法院裁定其觸犯一項《刑法典》第 215 條第 1 款、第 21 條、第 22 條及第 67 條所規定及處罰的「勒索罪」，法律適用正確。

*

1.2. 上訴人認為，在被害人支付款項之前，其便打開了鎖具，自願放棄繼續實行犯罪，有效阻止了犯罪結果的發生，屬於犯罪中止，應依據《刑法典》第 23 條第 1 款的規定不予處罰。

*

《刑法典》第 23 條（犯罪中止）規定：

一、行為人因己意放棄繼續實行犯罪，或因己意防止犯罪既遂，或犯罪雖既遂，但因己意防止不屬該罪狀之結果發生者，犯罪未遂不予處罰。

二、防止犯罪既遂或防止結果發生之事實雖與犯罪中止人之行為無關，但犯罪中止人曾認真作出努力防止犯罪既遂或防止結果發生者，犯罪未遂不予處罰。

同法第 21 條（犯罪未遂）規定：

一、行為人作出一已決定實施之犯罪之實行行為，但犯罪未至既遂者，為犯罪未遂。

二、下列行為為實行行為：

a）符合一罪狀之構成要素之行為；

b）可適當產生符合罪狀之結果之行為；或

c）某些行為，除非屬不可預見之情節，根據一般經驗，在性質上使人相信在該等行為後將作出以上兩項所指之行為。

根據《刑法典》的上述規定，犯罪中止與犯罪未遂之間存在明顯不同，尤其體現在行為人的“意志原因”：

犯罪中止的決定因素在於行為人自身的意願，在能夠繼續完成犯

罪的條件下，自願放棄繼續犯罪或防止犯罪既遂、又或雖犯罪既遂但防止不屬該罪狀的結果發生；

犯罪未遂則源於行為人意志以外的原因（非自願），行為人想繼續完成犯罪，但因其意志之外的客觀障礙而被迫停止，導致犯罪未能達至既遂。

*

承上，卷宗資料顯示，於 2023 年 4 月 15 日事發當日，被害人已致電上訴人問及鎖車的情況，上訴人向被害人表示由於被害人霸佔其車位，故要求被害人向其支付澳門幣 300.00 元才會將被害人的電單車解鎖；於 4 月 18 至 22 日期間，被害人多次與上訴人溝通，要求現場給錢及即時開鎖，上訴人回覆表示“mpay 後我叫人去開”；於 4 月 24 日，被害人報警求助。

顯見地，直至被害人報警求助，上訴人始終未停止、放棄勒索行為，最終其未獲被害人支付澳門幣 300.00 元，原因在於其意志以外的因素，並非源於其自身的自願。

原審法院於被上訴判決的“定罪”部分指出：

勒索罪作為侵犯財產的犯罪，所保護的是財產處分的自由。嫌犯使用上鎖的方式，強行剝奪並損害被害人對其車輛的使用權限，藉此行為迫使對方向其交出金錢，意圖收受不正當利益及迫使他人不再作為。

因此，嫌犯的行為已符合構成勒索罪罪狀的主觀及客觀要件。

既證事實顯示，由於被害人報警求助，嫌犯因意志以外的原因而

未能成功取得款項，屬澳門《刑法典》第 21 條第 1 款及第 2 款 a)項所指的未遂狀況，因此，應按同法典第 22 條及第 67 條規定作出論處。

同時，嫌犯並非上述電單車位的業主，該電單車位是大廈管委會在大廈公共部份劃定的電單車位，以供大廈停車場業主共同使用，因此，合議庭認為嫌犯以拒絕解鎖作威脅，逼使被害人向其支付金錢給付，當中並不存在澳門《刑法典》第三章中所規範的阻卻其行為不法性及罪過之法定事由。

本院認為，原審法院適用法律正確，上訴人的相關上訴理由不成立。

*

（二）關於“在審查證據方面明顯有錯誤”

上訴人認為，被上訴判決沾有《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c 項規定之瑕疵，請求依據《刑事訴訟法典》第 415 條的規定再次調查證據。

*

終審法院於 2001 年 3 月 16 日第 16/2000 號合議庭裁判中指出：

審查證據中的明顯錯誤是指已認定的事實互不相容，也就是說，已認定的或未認定的事實與實際上已被證實的事實不符，或者從一個被認定的事實中得出在邏輯上不可接受的結論。錯誤還指違反限定證據的價值的規則，或職業準則。錯誤必須是顯而易見的，明顯到一般留意的人也不可能不發現。

簡言之，審查證據方面明顯有錯誤，是指法院審查證據並認定事實

時，明顯有違經驗法則和常理，或明顯違反法定證據價值法則，或違反職業準則。錯誤必須是顯而易見的，明顯到一般留意的人也不可能不發現。

*

上訴人雖質疑被上訴判決沾有審查證據方面明顯有錯誤的瑕疵，但未明確指出具體的錯誤所在。

根據本案卷宗資料，上訴人被起訴以直接正犯、未遂方式觸犯一項《刑法典》第 215 條第 1 款規定及處罰的「勒索罪」（吸收同一法典第 148 條第 1 款規定及處罰的一項「脅迫罪」）；上訴人並無提交答辯狀；原審法院對控訴書中的全部事實均作出審查，認定相關獲證明的事實，亦認定沒有未獲證明的事實。

於被上訴判決的“事實的判斷”部分，原審法院尤其指出：

經聽取各證人的證言，審閱書證，合議庭認為嫌犯的講法有以下不合理之處：

1. 嫌犯從未購入涉事的 71 號電單車位的所有權，亦聲明從未與大廈業主會或管理機關簽立任何書面合約可專享上述電單車位的使用權，因此，嫌犯無法律理由解釋自己為何因為擁有 71 號私家車位便自然而然地認為自己亦擁有了旁邊的 71 號電單車位的專享使用權。

按照電單車位規劃時及案發之時的分層建築物管理制度，上述電單車位屬於大廈共有部份，大廈各小業主均有共同使用權，分層所有權人乃停車場的共有人，申言之，業權由所有業主共享，並由業主會或其委託的管理公司負責管理，包括收取管理費。嫌犯可以使用上述

71 號電單車位，同樣地，其他的大廈小業主或單位租客亦有權使用上述電單車位。

嫌犯長居澳門，自置 XX 花園單位及私家車位已有二十餘年，案發前亦再已自置其他分層物業，因此，我們不能認為嫌犯對澳門的分層建築物所有權及管理權法律制度毫無認知，對於小業主在大廈共同部份的權益不甚了了。

2. 多年在 XX 花園任職管理員的證人 C 表示，停車場內原本並沒有電單車位，大廈管委員為了規範電單車入場亂象，決定在停車場內規劃出大量電單車位，為了方便管理，亦決定按原有的私家車位的順序來為新規劃的電單車位編排號碼，但車位編號期間發生了爭議，因此，仍有很多電單車位尚未有繼續劃上號碼。雖然如此，管委會在作出上述規劃決定時經已發出通告，告知所有住戶在停車場內的電單車位全都是公共使用的，並以先到先得的方式泊位，其從來沒有聽過有專屬電單車位，亦未聽過有人買得或被分配得專屬電單車位。

證人 D 表示自己是 XX 花園的業主，其購入的私家車位是 185 號，當年大廈管委會在規劃電單車位的過程中，將其車位旁的空間劃上電單車位後編為 184 號，因此，其向管委會反映要求將電單車位改為 185 號，但遭管委會拒絕，因此雙方發生爭執，其有報警求助。證人稱當時任何住客都可將電單車泊入停車場，管委會在私家車位旁劃上電單車位，目的是希望業主儘量將電單車分散泊入停車場不同位置，避免阻塞主要通道；而據其所知，騰出了的公共空間所規劃的電單車位便用於開放予公眾租用，藉此增加管委會的收益。

綜合 XX 花園兩名業主即 D 及 B 分別講述該大廈當年規劃電單車停車位的實況，足以印證當年 XX 花園在電單車位劃位時，大廈管委會在電單車位編號的方法只是按順序而為，而非以劃號方式為私家車位的業主給予專用的電單車位。結合案中書證，合議庭認為證人 C 所言屬實，沒有任何一個個別業主可以獨佔停車場內某一個大廈共同部份的空間的電單車泊位權，電單車位的出租收益亦是歸入管委會負責管理，作為儲備基金的收入。

儘管證人 E 及 F 在庭上講述嫌犯在案發時早已遷出 XX 花園，電單車位由嫌犯的弟弟實際使用，該車位及電單車位先後分別出租 3,000 元及 200 元由太太處理，嫌犯亦一直解釋當時認為自己對 71 號電單車位有專屬使用權，但合議庭認為作為業主嫌犯當年對於大廈規劃車位的情況不可能一無所知，無文件或法律依據支持下，車位專享權的解釋違反生活常理，根本難以令人信服。

3.嫌犯聲稱收取開鎖費是要懲戒被害人亂泊位，根據證人 C 指出，案發期間有自稱王生的人到來要求管理處對佔用其 71 號電單車位的人罰款，當時其經已向對方表達了有關私人鎖車的行為與管委會無關，管委會亦無權罰款。證人亦解釋即使管理處發出通告違泊可以被鎖車，但實際上只會先通知違泊車主駛走違泊車輛，當時見被鎖車的電單車車主即被害人很生氣。

嫌犯承認曾到達管理處向證人 C 了解情況及協助處理，並由此知悉管理處不會收取開鎖費或罰款。按照生活常理，嫌犯既然尋求管理處以違泊為由要求協助罰款，便顯示嫌犯知悉該電單車位不是其私有，

既然管理處已明示不同意協助及罰款，嫌犯理應清楚意識到自己無正當性、或者說已不應該再繼續將他人的財產上鎖，但其因為氣憤難平，強行剝奪他人對財產的處分接近二十日，而且根據第 30 頁的通訊記錄，被害人向其表達自己經已報警的情況，嫌犯仍然繼續向對方索要轉帳開鎖費 300 元，明顯不能自圓其說。

4. 至於動機，嫌犯在清楚知悉自己沒有上述 71 號電單車位的業權或專屬使用權的情況下，在未經大廈的業主會決議批准或管理機關的同意或允許之下，以使用人的名義，私下將 71 號電單車位出租予其私家車租客並賺取租金 200 元(比對第 50 頁及第 217 頁書證及證人 F 證言)，申言之，嫌犯將分層建築物共有部份的特定空間佔有並謀取其私人的金錢利益。

嫌犯未經授權或同意，將分層建築物的共有部份出租，加上管理處人員經已向其明示管理處無權收取罰款，按其行為表現，我們不能認為嫌犯當時要求被害人支付開鎖費目的只是為了整頓大廈停車場的亂泊現場，又或者是為了大廈共同儲備金的需要而向亂泊者收取罰款。

綜上所述，合議庭認為本案證據相當充份，足以形成心證認定嫌犯明知不可，仍故意將被害人的電單車上鎖，藉剝奪他人對財產自決處分的權利，逼使被害人向其作出金錢支付，以及迫使對方日後不敢再使用該電單車位，目的是為獲得不正當的金錢利益，以及能順利繼續收取其租金收益。

審視被上訴判決，原審法院綜合分析上訴人的陳述、相關證人的證言、案中的書證及其他證據，結合常理及經驗法則而形成心證，認定

上訴人實施了被指控的事實，在證據審查方面，未見已認定的或未認定的事實與實際上已被證實的事實不符，亦未發現從一個被認定的事實中得出在邏輯上不可接受之結論，同時，也不存在任何違反常理和限定證據價值之規則、違反疑罪從無原則的情形。

*

《刑事訴訟法典》第 415 條（再次調查證據）規定：

一、在曾將以口頭向獨任庭或合議庭作出之聲明予以記錄之情況下，如發現有第四百條第二款各項所指之瑕疵，且有理由相信再次調查證據可避免卷宗之移送者，則中級法院容許再次調查證據。

二、容許或拒絕再次調查證據之裁判為確定性裁判，該裁判中須定出已在第一審調查之證據可再次調查之條件及範圍。

三、如決定再次調查證據，則傳召嫌犯參與聽證。

四、按規定被傳召之嫌犯缺席並不導致將聽證押後，但法院另有裁判者除外。

承上，本院未發現被上訴判決沾有《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c 項所指之瑕疵，故此，無需依據同法第 415 條的規定再次調查證據，上訴人的相關上訴理由不成立。

***

四、 決定

綜上所述，本院裁定上訴人 A 的上訴理由均不成立，維持原判。

*

判處上訴人繳付六個計算單位之司法費及各項訴訟負擔。

著令通知。

－＊－

澳門，2026 年 10 月 8 日

周艷平

（裁判書製作人）

簡靜霞

（第一助審法官）

盧映霞

（第二助審法官）